

Insper Instituto de Ensino e Pesquisa
Faculdade de Economia e Administração

Ana Carolina Zanella Aquino

**RODADA DOHA: PERSPECTIVAS DE IMPACTOS PARA
PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO**

São Paulo

2014

Ana Carolina Zanella Aquino

Rodada Doha: perspectivas de impactos para países em desenvolvimento

Projeto final de monografia, apresentado ao curso de Ciências Econômicas, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa.

Orientadora:

Prof. Dra. Camila F. S. Campos – Insper

Banca:

Prof. Dr. Artur Parente

Prof. Dr. Eduardo Correia

São Paulo

2014

Resumo

A Rodada de Doha foi uma das rodadas organizadas pela OMC, realizada em 2001, ela tem com o objetivo melhorar as relações de comércio entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Muitos economistas especulam qual será o valor dos pacotes discutidos em Doha, situação que gerou muita controvérsia e fez com que até hoje apenas um pequeno pacote de medidas tenha sido encaminhado em Bali em 2013. O objetivo desse trabalho é analisar essas divergências e avaliar através de simulações realizadas por alguns especialistas se, de fato o livre comércio favoreceria os países em desenvolvimento em termos econômicos.

Palavras-chave: Rodada Doha, comércio internacional, OMC, países em desenvolvimento e simulações.

Sumário

1. Introdução	5
2. O Comércio Mundial.....	6
2.1 A Rodada Uruguai e a Criação da OMC	6
2.2 A Organização Mundial de Comércio e o Futuro do Comércio Mundial.....	7
2.3 Rodadas da Organização Mundial do Comércio	8
2.4 Cronograma das rodadas de Comércio	8
2.5 Debates recentes na OMC	9
2.6 Desafios de Doha.....	10
3. Revisão Bibliográfica.....	11
3.1 Discussões sobre os acordos travados em Doha: simulações de um corte de 50% sobre as tarifas de agricultura	11
3.2 Discussões sobre os acordos travados em Doha: simulações de redução de distorções em subsídios domésticos	15
3.3 Discussões sobre os acordos travados em Doha: simulações considerando preferências tarifárias.....	17
3.4 Resultados	19
3.4.1 Cenário de liberalização global vs. Liberalização dos países da OEDC	19
3.4.2 Cenário de remoção de todos os subsídios agrícolas domésticos e barreiras vs. Remoção apenas de distorções de comércio.....	24
3.4.3 Cenário de corte de 40% nas tarifas vs. Corte de 40% nas tarifas com exceção de produtos sensíveis vs. Tarifas Escalonas	26
3.5 Análise dos Resultados.....	30
4. Conclusão	33
5. Referências Bibliográficas.....	35
6. Anexos.....	37
6.1 Globalização, Acordos de Comércio Internacional e Principais Blocos Econômicos	37
6.2 Principais Blocos Econômicos e Acordos no Mundo	38
6.2.1 União Europeia.....	38
6.2.2 Mercosul.....	39
6.2.3 Nafta.....	39
6.2.4 Alca	39
6.3 As Rodadas de Comércio.....	39
6.3.1 Rodadas de Genebra a Tóquio	39
6.3.2 Rodada do Uruguai	40
6.3.3 Rodada Doha	40

1. Introdução

Em 1995, após as negociações da Rodada Uruguaí (1986-1994) a OMC (Organização Mundial de Comércio) foi estabelecida com o objetivo de ajudar os produtores de serviços e mercadorias, exportadores e importadores, a conduzir e realizar seus negócios, procurando o ordenamento do comércio mundial entre os países, tentando buscar a liberalização do comércio. Em 2001 uma nova rodada de negociações comandada pela OMC ocorreu na capital do Qatar, Doha, denominada Rodada de Doha. Doha foi a nona desde a criação do GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio, onde os ministros das relações exteriores e de comércio comprometeram-se a buscar a liberalização comercial e o crescimento econômico, com ênfase nas necessidades dos países em desenvolvimento.

Em Doha, um dos assuntos mais negociados e que geraram maior divergência, principalmente entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento foram os subsídios agrícolas. Países em desenvolvimento desejam que os países desenvolvidos (participantes do G20¹) diminuam os subsídios dos produtos agrícolas, enquanto os desenvolvidos pedem menos subsídios sobre os produtos manufaturados. Para estudar melhor como seria o efeito dessas negociações para os países em desenvolvimento, o objetivo desse trabalho é analisar simulações fictícias realizadas por especialistas de propostas feitas em Doha com foco em como seriam os efeitos dessas políticas nos países em desenvolvimento.

Como curiosidade sobre a opinião pública da posição do Brasil no comércio internacional, no dia 25 de março de 2014, Delfim Netto discutiu em um artigo para o Valor Econômico sobre a relação do Brasil com a OMC e a abertura de comércio. Delfim afirma que o Brasil teria um grau de “abertura” muito pequeno e seria considerado um dos países mais “fechados” do mundo. Em uma comparação com outros dois países emergentes, China e Coreia do Sul, em 1980 o Brasil possuía a maior participação no mercado mundial. Hoje em dia, a Coreia possui uma participação três vezes maior e a China quase 10 vezes maior que o Brasil nas exportações mundiais. Portanto, pretende-se discutir como uma maior abertura

¹ O G20 é um grupo formado por representantes das 19 maiores economias mundiais mais a União Europeia.

comercial poderia impulsionar o Brasil e outros países emergentes em seu desenvolvimento e aumentar sua taxa de crescimento do PIB.

É muito difícil para a OMC propor um acordo que seja comumente aceito pelos países-membros, pois hoje existem muitas políticas de comércio, sejam elas acordos preferenciais, subsídios domésticos ou barreiras comerciais. Os países desenvolvidos não querem derrubar seus subsídios domésticos, pois acreditam que com menores tarifas, o preço mundial irá subir e os países em desenvolvimento se tornarão mais competitivos (Fabiosa, Beghin, de Cara et al, 2005). Já a opinião de alguns países em desenvolvimento é que se todas as tarifas forem derrubadas uniformemente, eles poderão diminuir seus ganhos com as perdas de preferências tarifárias (Amiti e Romalis, 2007).

2. O Comércio Mundial

Antes de discutir as suposições de acordos e simulações para os países em desenvolvimento a partir de Doha, pretende-se ter uma visão mais ampla dos órgãos de comércio internacional e dos acordos já travados e entender como se chegaram às rodadas e quais seus objetivos.

2.1 A Rodada Uruguai e a Criação da OMC

O fim da guerra fria recolocou o comércio internacional ao topo da agenda estratégica mundial. O GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) foi assinado em 1947, originalmente por 23 países, entre eles o Brasil, tendo entrado em vigor a partir de janeiro de 1948. Com o passar dos anos, o GATT foi atualizado e teve seu escopo de incidência ampliado através de alterações efetuadas como resultado de negociações levadas a efeito nas chamadas rodadas.

A Rodada do Uruguai, que ocorreu no final de 1993 foi uma das mais relevantes para o comércio mundial, ela trouxe de volta para o âmbito do GATT a questão agrícola, além de ter dado uma formatação para a continuidade do processo de liberalização comercial no futuro, inclusive na questão de subsídios agrícolas e na questão de movimentação de pessoas na área de serviços. Além disso, os

acordos da Rodada Uruguai e a OMC reforçaram e estenderam a primazia da lei nas relações econômicas internacionais.

Do ponto de vista brasileiro, os acordos da Rodada Uruguai colaboraram de forma ampla e decisiva para a execução de política doméstica no sentido de uma modernização da nossa estrutura legal, indispensável para terem proporcionado uma inserção do país na economia global, conferindo ao país credibilidade institucional reconhecida em nível internacional. Essas mudanças proporcionaram um clima empresarial eminentemente favorável e as condições para as empresas estabelecidas no Brasil alavancaram uma situação de competitividade global.

2.2A Organização Mundial de Comércio e o Futuro do Comércio Mundial

O GATT não possuía uma consideração analítica sobre as disparidades de comércio entre os países, esse foi um dos principais motivos da criação de um órgão que regulamentasse o comércio mundial, sem que houvesse uma maior pressão dos países desenvolvidos sobre os outros. A OMC foi estabelecida, oficialmente, em 1995 sob o acordo de Marrakech, após ser criada pelas negociações da Rodada do Uruguai (1986-1994), sendo conduzida por um diretor geral, tendo em seu quadro 159 países membros em março de 2013. A Organização é a única organização internacional global lidando com as regras de comércio entre as nações. A maioria das suas decisões é tomada pelos membros como um todo, que são os ministros, embaixadores e delegados, e normalmente por consenso. Os membros se reúnem pelo menos a cada dois anos.

A definição formal da OMC é “a única organização global internacional que lida com as regras de comércio entre nações. O coração da OMC são seus acordos, negociados e assinados pela massa de nações que pertencem à organização e ratificados pelo parlamento. O objetivo da OMC é ajudar os produtores de bens e serviços, exportadores e importadores a conduzir seus negócios.” Uma das maiores preocupações da OMC é a liberdade de comércio, com a redução gradativa das tarifas e das restrições à circulação de mercadorias, a fim de tornar possível o seu acesso, bem como a sua disseminação, a qualquer país e indivíduo.

Desse modo a OMC tem como principais funções: administrar os acordos de comércio da organização; ser um fórum para os negócios sobre comércio; tratar as disputas comerciais entre seus membros; monitorar políticas comerciais dos países-membros; dar assistência e treinamento técnico aos países em desenvolvimento; e cooperar com outras organizações internacionais.

Reuniões da organização com seus membros estão sempre ocorrendo para que esses objetivos sejam alcançados, e as reduções de tarifas e de restrições na importação e exportação são metas constantes. A OMC é, portanto, o fórum ideal para as negociações e, em especial, a solução de problemas enfrentados pelos países nas suas relações bilaterais, multilaterais, blocos comerciais, etc. Qualquer país que se sinta prejudicado com as medidas tomadas por outro pode recorrer à OMC e denunciá-lo. As decisões tomadas pela OMC em relação ao problema devem ser adotadas pelas partes intervenientes.

2.3 Rodadas da Organização Mundial do Comércio

O antigo GATT e hoje a Organização Mundial de Comércio (OMC) tem suas negociações chamadas de rodadas. Nessas rodadas, os membros da OMC se reúnem para discutir assuntos que se concretizaram em uma agenda de medidas a serem seguidas para o alcance de acordos e a melhora do comércio internacional.

Segundo o GATT, as rodadas são formas dos países-membros negociarem e decidirem sobre a diminuição das tarifas de importação e abertura dos mercados. No período GATT foram realizadas oito rodadas de comércio e duas rodadas ocorreram desde a criação da OMC.

2.4 Cronograma das rodadas de Comércio

As rodadas de comércio ocorridas sob o sistema GATT-OMC foram as seguintes:

Rodada	Local	Período das negociações	Número de países	Temas cobertos
1ª	Genebra	1947	23	Tarifas
2ª	Annecy	1949	13	Tarifas
3ª	Torquay	1950 a 1951	38	Tarifas
4ª	Genebra	1955 a 1956	26	Tarifas
5ª	Dillon	1960 a 1961	26	Tarifas
6ª	Kennedy	1964 a 1967	62	Tarifas e medidas antidumping
7ª	Tóquio	1973 a 1979	102	Tarifas, medidas não tarifárias e cláusula de habilitação.
8ª	Uruguai	1986 a 1994	123	Tarifas, agricultura, serviços, propriedade intelectual, medidas de investimento, novo marco jurídico e OMC.
9ª	Doha	2001 até hoje	149	Tarifas, agricultura, serviços, facilitação de comércio, solução de controvérsias e “regras”.

Fonte: Elaboração Própria

2.5 Debates recentes na OMC

O maior problema da Rodada Doha foi a diversidade de temas, fato que acabou gerando muitos impasses nas negociações iniciais. Como consequência, a Conferência Ministerial de Cancun foi frustrada, já que divergências entre os países membros impossibilitaram a chegada em um acordo.

Algo que surpreendeu nessa conferência ministerial foi a frente formada pelos países do G-20 para defender interesses conjuntos, fato que ajuda a demonstrar como as decisões da OMC são complexas, já que qualquer decisão não apresenta apenas dois lados, mas lados de todos os países-membros. Com o objetivo de acelerar o processo de criação de acordos, durante a Conferência Ministerial de Hong Kong (que se seguiu após Cancun), os ministros de cada país tiveram a chance de apresentar suas propostas previamente ao diretor da conferência, para que depois fossem apresentadas ao restante dos membros.

Uma adição interessante a conferência de Hong Kong, foi a participação de ONGs nos debates da OMC, uma lista autorizada de ONGs pôde participar das negociações, se tornando mais uma faceta de opinião sobre as decisões de comércio mundial.

2.6 Desafios de Doha

Doha teve uma das agendas mais amplas e complexas da história das rodadas, apesar disso muitos acordos já foram firmados, o que mostra a persistência da OMC em priorizar trocas mais justas para os países membros. Antes de Doha, a OMC tinha como prioridade apenas o comércio mundial, atualmente já são discutidos temas em relação a áreas muito mais abrangentes, como meio ambiente e saúde pública. A demanda para a regulação de novas áreas cresce a cada dia, por exemplo, na área de serviços, há demanda para regulação do comércio virtual, também temas como transferência de tecnologia para países em desenvolvimento começam a exigir maiores regulações. A tendência geral é de que os temas tratados pela OMC sejam cada vez mais amplos.

Outro mérito da rodada é o foco em melhoras para os países em desenvolvimento. Em Hong Kong foram acordadas várias medidas em prol desse grupo de países, um exemplo foi compromisso em realizar linhas de assistência ao comércio dos países em desenvolvimento, em que alguns membros, como Estados Unidos e União Europeia, comprometeram-se em disponibilizar recursos para esse fim. A preocupação com o meio ambiente na OMC também foi reafirmada, o desenvolvimento sustentável ganhou um tópico relevante na Conferência Ministerial de Hong Kong, após o Instituto de Estados Avançados da Universidade das Nações

Unidas (IEA-UNU) promover um evento em Hong Kong para discutir e avaliar como as negociações da Rodada Doha tem tratado o desenvolvimento sustentável e foi proposta a criação de um grupo de estudo na OMC sobre o tema.

Por fim, o ex-diretor geral da OMC, Pascal Lamy afirmou que: “as próximas negociações precisam firmar um mecanismo para efetivar as conquistas feitas. Precisam encontrar meios de concretizar o fim dos subsídios e formas de dar maior acesso aos países em desenvolvimento nas trocas internacionais.”

3. Revisão Bibliográfica

3.1 Discussões sobre os acordos travados em Doha: simulações de um corte de 50% sobre as tarifas de agricultura

Muitos países, principalmente os em desenvolvimento estão desapontados com os desfechos da Agenda de Desenvolvimento de Doha, pois acreditam que com menos subsídios e acordos preferenciais de comércio, haveria um ambiente mais justo de trocas no qual os países em desenvolvimento veriam abertura para aumentar seu acesso ao mercado internacional, principalmente ressaltando acordos sobre agricultura. O principal objetivo dessa monografia é analisar estudos que foram feitos com foco em mudanças nas tarifas aplicadas antes de Doha, considerando propostas feitas nas rodadas e como seriam seus efeitos sobre o comércio mundial.

Uma primeira abordagem feita por Francois, van Meijl, van Tongeren e Evenett (2005) argumenta que há muita ambiguidade em áreas cruciais dos temas discutidos em Doha e dependendo de como forem esclarecidos esses impasses um eventual acordo de troca traria muitos benefícios aos países em desenvolvimento. Os autores simularam alguns cenários com diferentes abordagens de liberalização de comércio para três principais áreas: agricultura, produtos manufaturados e serviços. Como nenhum dos acordos de liberalização foi concretizado, é partido do pressuposto que eles teriam valores equivalentes para todos os países.

A metodologia escolhida por Francois, van Meijl, van Tongeren e Evenett (2005) é um Modelo de Equilíbrio Geral Computacional, pois ele abrange 150 economias mundiais e permite a consideração simultânea de todos os efeitos. Alguns diferenciais desse *paper* são: a inclusão de estrutura de mercado no modelo, a adição da ascensão chinesa na OMC, as reformas na Política Agrícola Comum (PAC), a inclusão de novos países na União Europeia e a eliminação de cotas sobre produtos têxteis.

Uma descoberta muito interessante dos autores sobre manufaturas e agricultura é que uma diminuição de tarifas apenas pelos países desenvolvidos tem um efeito mais modesto sobre os fluxos de comércio do que uma liberalização por todos os países, incluindo os em desenvolvimento. Na agricultura, uma liberalização de tarifas apenas pelos países ricos não só geraria um aumento de fluxo menor de trocas (do que considerando uma liberalização total) como geraria um aumento no preço dos alimentos. Alguns países como Brasil e Argentina (países em desenvolvimento em geral) são países naturalmente exportadores de *commodities* – têm vantagem comparativa nesse bem, o que no caso de uma menor barreira de tarifas sobre agricultura talvez gerasse um ambiente injusto de trocas para países desenvolvidos como Estados Unidos e União Europeia, mas nem todos os países desenvolvidos perderiam vantagens, a liberalização de comércio traria benefícios positivos para Austrália e Nova Zelândia, por exemplo.

Diminuir tarifas sobre qualquer produto não é tão simples para a OMC. Qualquer corte de tarifa feita pela organização ocorre sobre as tarifas consolidadas o limite máximo da tarifa estabelecido pela OMC, e não sobre as tarifas aplicadas pelos países. Estados Unidos, União Europeia e América Latina, em geral, usam tarifas consolidadas. Já a grande maioria dos países em desenvolvimento utilizam tarifas muito abaixo das tarifas máximas estabelecidas pela OMC, consolidando o fato de que uma diminuição leve ou moderada das tarifas máximas não surtiria qualquer efeito sobre grande parte dos países em desenvolvimento. Em uma abordagem contrária, o Brasil, por exemplo, utiliza a maior parte de suas tarifas no valor máximo estabelecido enquanto a média mundial é inferior à tarifa máxima. Portanto, foi julgado ideal para comparar mudanças reais no comércio mundial um cenário de corte de tarifas de 50%.

Um dos grandes tópicos discutidos nas Rodadas quando se leva em conta o valor da diminuição das tarifas são os Acordos de Tarifas Preferenciais (esses acordos serão analisados mais especificamente na seção 3 desse item com base no trabalho de Amiti e Romalis (2007)), muitos países em desenvolvimento gozam de acordos que limitam tarifas ainda menores sobre as exportações para países desenvolvidos. Sendo assim, em um primeiro momento cortes sobre as tarifas praticadas mundialmente não parecem ser tão atraentes para países com Acordos de Tarifas Preferenciais.

Apesar de Francois, van Meijl, van Tongeren e Evenett (2005) realizarem testes sobre diminuição de tarifas em três áreas discutidas nas rodadas de comércio (agricultura, manufaturas e serviços) pretende-se focar em análises sobre os efeitos na agricultura, que são os mais relevantes para o comércio mundial e possuem abordagens diferentes realizadas por Fabiosa, Beghin, de Cara et al (2005) e por Amiti e Romalis (2007).

Antes da Rodada Doha, o acordo mais recente sobre preferências de comércio na agricultura ocorreram durante a Rodada do Uruguai – o chamado Acordo sobre Agricultura da Rodada do Uruguai (URAA em inglês). Na Rodada do Uruguai, muito do que foi discutido seguiu uma linha de “tarifização” dos produtos agrícolas, enfatizando que em barreiras que ainda não possuíam tarifas, estas deveriam ser impostas. Esse tema de negociação é muito complexo e costuma terminar as negociações com acordos muito abrangentes, já que nem os países desenvolvidos nem os em desenvolvimento aceitam mudanças radicais em suas tarifas de trocas internacionais, ainda são menos abertos às negociações se considerarmos os sistemas de cotas e subsídios domésticos.

Como dito anteriormente Francois, van Meijl, van Tongeren e Evenett (2005) utilizam o Modelo de Equilíbrio Geral Computacional². Esse modelo foi desenvolvido

² Em termos teóricos, cada região possui um valor agregado familiar composto por consumo privado, poupança privada e gastos de governo. Esse agregado possui dotações de fatores de produção e recebe receitas vendendo-os para firmas. Também recebem receitas provenientes de tarifas e rendas vindas de licença de cotas de importação/exportação. Parte dessa receita é distribuída como pagamento de subsídios para alguns setores, principalmente agricultura. No lado da produção, em todos os setores, as firmas empregam fatores domésticos de produção (capital, trabalho e terra) e intermediam inputs de fontes domésticas e externas para a produção de outputs da forma mais eficiente em termos de custos permitido pela

por Krugman (1991) e combina elementos da “nova” teoria de comércio que tem ênfase em retornos crescentes e competição imperfeita com elementos da “antiga” teoria de comércio que possuía foco em dotação de fatores e diferenças tecnológicas. Além disso, Krugman (1991) ainda inclui conceitos básicos dos modelos “novos geográficos econômicos”, ou seja, economia de aglomeração que operam via bens intermediários.

Dado os retornos crescentes e a aglomeração de forças do modelo, o resultado *laissez faire* não é individualmente ótimo para nenhuma nação. Em particular, nações tendem a ganhar se mudanças nas políticas de troca entre os países expandirem setores onde as economias de grande escala são particularmente fortes. Sumarizando, o modelo possui três aspectos principais:

- O modelo cobre todo o comércio e a produção mundial;
- Permite economias de escala e competição imperfeita;
- Inclui ligações intermediárias entre setores.

Para se obter uma análise mais verídica dos efeitos possíveis da Rodada Doha, foram atualizados ao modelo alguns eventos específicos já citados, como a ascensão da China e as mudanças nas cotas dos produtos têxteis. Sobre os acordos têxteis, os autores consideram como realista apenas uma redução parcial das tarifas de 50% como parte de um experimento *benchmark*.

tecnologia. No setor de agricultura alguns setores permitem competição perfeita. Nesses setores, produtos de diferentes regiões são assumidos como substitutos imperfeitos de acordo com a suposição de “Armington”.

Preços de bens e fatores se ajustam até todos os mercados se encontrarem em equilíbrio. Enquanto são modeladas mudanças nos fluxos brutos de trocas, não são modeladas mudanças nos fluxos líquidos. Em resumo, mercados são competitivos, e trabalho e capital são móveis entre setores, mas não entre regiões. Todos os fatores primários (capital, trabalho e terra) são plenamente empregados em cada região. Os dados vieram de diversas fontes, mas basicamente do GTAP (um modelo de CGE conhecido como Projeto de Análise de Comércio Global), das bases da OMC, do Banco Mundial e da UNCTAD.

Table 5. Scenario definitions

Instruments:	Scenarios: Global Trade Round	OECD-based Trade Round
Import tariffs in agriculture and manufacturing	50% reduction	50% reduction for OECD
Estimated border measures in services	50% reduction	50% reduction for OECD
Export subsidies	50% reduction	50% reduction for OECD
Domestic agricultural support in OECD countries	50% reduction	50% reduction for OECD
Trade facilitation	1.5% of value of trade	1.5% of value of OECD import trade

Fonte: Francois, van Meijl e van Tongeren (2005)

Até 2004, os membros da OMC haviam concordado com o objetivo da eliminação de subsídios de exportação na agricultura e com a redução de proteção de fronteiras e subsídios domésticos. Desse modo, foram construídos dois cenários. O primeiro cenário parte da liberalização parcial implementada globalmente, que representa uma redução de 50% sobre as tarifas de agricultura. O segundo cenário também aplica uma redução de 50% sobre as tarifas, mas apenas nos países que pertencem à OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), nesse cenário (mais pessimista) é esperado que os países em desenvolvimento negociem uma redução menor das suas taxas em relação aos países mais desenvolvidos.

Os resultados dessa simulação serão analisados mais abaixo em conjunto com os resultados dos dois outros testes apresentados a seguir.

3.2 Discussões sobre os acordos travados em Doha: simulações de redução de distorções em subsídios domésticos

Muitos países em desenvolvimento estão desapontados com as limitações encontradas nas discussões da OMC. A visão de Fabiosa, Beghin, de Cara et al (2005) é de que os produtores de países como Estados Unidos e pertencentes a União Europeia gozam de privilégios considerados injustos se comparados com produtores de países que não tem receitas suficientes para competir. Subsídios agrícolas em países de alta renda diminuem o preço global dos produtos, fazendo

com que muitos países exportadores de *commodities* como o Brasil usem barreiras para proteger seus produtos.

Esses países exportadores se beneficiariam em caso de liberalização de comércio e redução multilateral de programas de subsídios domésticos (Fabiosa, Beghin, de Cara et al (2005); Francois, van Meijl, van Tongeren e Evenett (2005)). Não apenas EUA e EU, mas países desenvolvidos asiáticos, como Coréia do Sul e Japão possuem barreiras de comércio muito estritas para proteger seus produtores.

Essa simulação também considera dois cenários. O primeiro deles engloba a remoção de todos os programas de proteção de agricultura e de barreiras (quotas, tarifas e subsídios às exportações). O segundo cenário analisa apenas a remoção das distorções nas barreiras comerciais, mantendo os subsídios domésticos. Assim como é comumente visto na OMC, acredita-se que as nações do hemisfério Sul têm muito a ganhar com reformas de tarifas no hemisfério Norte e também com reformas próprias.

Novamente a base de dados para a construção dos cenários inclui o maior número de acordos até a data, como o Acordo de Agricultura da Rodada do Uruguai, o Acordo Comum de Agricultura (ACA) e além da ascensão da China, os autores também incluem a entrada de Taiwan na OMC. Para as simulações é assumido que todas as mudanças de tarifas tenham sido implementadas em 2002.

Na análise de subsídios domésticos, com foco em 34 países que se comprometeram a reduzir significativamente suas distorções, foram inclusos na “caixa âmbar” a Medida Agregada de Apoio (MAA), ou seja, o valor agregado de “ajudas” do país, sendo a maior parte das contribuições provenientes de países desenvolvidos, dado que desses 34 países apenas uma pequena parcela usa despesas fiscais para bancar subsídios, pois o orçamento fiscal do país não permite. Nos anos mais recentes, União Europeia, Japão e Estados Unidos contribuíram com 80%-90% da Medida Agregada de Apoio.

Fabiosa, Beghin, de Cara et al (2005) fazem uma seleção das principais distorções no comércio agrícola a serem removidos. Um exemplo é as distorções no mercado de grãos. Outro exemplo a ser citado é as distorções no mercado de arroz

européu, no qual produtores locais conseguem entrar no mercado com preços 50% menores que dos exportadores. Há também a vantagem de produtores mexicanos que podem utilizar o NAFTA e ainda possuem um regime de quotas interno. Por fim, um dos mercados mais distorcidos é o de açúcar causado pelos subsídios dados aos produtores de países da OCDE.

O modelo escolhido, chamado FAPRI é um multimercado, não espacial de agricultura mundial sistema de Equilíbrio Parcial. Modelos de Equilíbrio Parcial não modelam fatores de mercado – terra, capital e trabalho – explicitamente como ocorria no Modelo Computacional Geral, mas com ele é possível focar em mercados nos quais países em desenvolvimento e desenvolvidos competem e em quais há distorções causadas pelas políticas domésticas dos países desenvolvidos.

O modelo encontra os preços mundiais igualando excesso de oferta e de demanda no mercado mundial. Para isso, existem algumas variáveis exógenas, primeiro os instrumentos de política são parametrizados e podem ser alterados para análises de políticas e segundos o modelo incorpora previsões de variáveis macroeconômicas, como PIB, inflação, taxas de câmbio e população.

3.3 Discussões sobre os acordos travados em Doha: simulações considerando preferências tarifárias

Uma última abordagem sobre como as discussões em Doha surtirão efeitos para os países em desenvolvimento tem foco nas preferências cedidas a alguns países em desenvolvimento sobre suas exportações para países desenvolvidos. Essas preferências são geralmente tarifas menores do que as aplicadas pelos outros membros da OMC e em alguns casos até nulas. Amiti e Romalis (2007) acreditam que se as discussões resultarem em cortes tarifários para todos os membros da OMC, a vantagem relativa dos países que gozam de preferências tarifárias irão diminuir devido à erosão de margem desses benefícios.

Nesse *paper* as simulações são feitas sobre a demanda por importação da União Europeia e dos Estados Unidos caso ocorram mudanças nas tarifas máximas aplicadas (lembrando de que a OMC trabalha apenas com reduções nas tarifas máximas) em três cenários diferentes. O primeiro assume um corte uniforme das

tarifas em 40%. O segundo permite os EUA e a UE a excluírem seus produtos mais sensíveis dos cortes tarifários. Por fim, o terceiro assume um corte maior do que 40% nas tarifas agrícolas.

Com o objetivo de estabelecer uma visão clara de como esses cenários irão afetar a demanda de importações, foram feitas algumas suposições sobre elasticidades de oferta e demanda. Os autores assumem uma elasticidade de substituição sobre diferentes produtos de 6 e uma elasticidade de oferta infinita para os países em desenvolvimento. Esses valores foram escolhidos para que se possa focar na mudança da demanda nos EUA e na UE por produtos de países em desenvolvimento através de mudanças no acesso ao mercado. Se a elasticidade de oferta fosse finita, o volume de trocas seria menor, desse modo a elasticidade infinita garante o efeito máximo sobre perdas e ganhos e tem uma menor chance de causar confusões sobre quem serão os vencedores e perdedores dos cenários.

Os resultados apresentados ressaltam que as preferências cedidas aos países em desenvolvimento não são tão vantajosas como parecem. Um dos motivos é que muitos países desenvolvidos que tem acesso a preferências nem sempre as utilizam, pois diminuição de tarifas em um sistema multilateral algumas vezes levam a um aumento líquido no acesso ao mercado. Por exemplo, a simulação de corte de 40% nas tarifas uniformemente leva a um aumento na demanda de importação dos EUA e da UE em 2,1%, apesar dos ganhos não serem uniformes entre as regiões. Já a simulação que implica em um corte maior do que 40% na agricultura gera ganhos ainda maiores para todos os grupos de países.

Para simplificar, Amity e Romalis (2007) assumem uma função Cobb-Douglas na qual a elasticidade substituição entre os bens é igual a 1. Além disso, a porção total de gastos em cada produto sobre o Sistema Harmonizado (HS) é constante e a elasticidade substituição de uma variedade de um mesmo produto é também assumida como 6. O consumo é retirado da base de dados da OCDE. Uma das limitações do modelo é que alguns países, mesmo com vantagens maiores, não conseguirão aumentar sua produção devido a problemas internos de infraestrutura ou porque as regras de governo são tão burocráticas e custosas que não valem a pena. A medida de resultado foi escolhida como acesso ao mercado porque uma das maiores preocupações levantadas nas discussões de Doha foram perdas de

acesso ao mercado caso houvesse uma erosão nas preferências tarifárias no caso de uma diminuição de tarifas.

A mudança de competitividade quando há cortes tarifários nos países em desenvolvimento enfrenta dois principais efeitos. Primeiro, onde os produtos dos países em desenvolvimento entram livre de tarifas (preferências tarifárias) à redução de tarifas diminui a posição competitiva desses produtos em relação aos EUA e a UE, fazendo com que a demanda por essas exportações dos países em desenvolvimento caia. O segundo efeito ocorre sobre os produtos que entram nas regiões desenvolvidas sobre as mesmas tarifas que os produtos dos países desenvolvidos, nesse caso um corte de tarifas melhora a posição relativa dos países em desenvolvimento, pois são esses produtos que os países em desenvolvimento já possuem vantagens comparativas, fazendo com que a demanda relativa por esses produtos aumente.

Como o foco do estudo é a redução de demanda apenas nos EUA e na UE, ele pode não capturar todo o efeito de uma liberalização acordada em Doha, mas incorpora uma parte considerável. As frações das exportações dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento para os mercados americanos e europeus representam aproximadamente 50%.

3.4 Resultados

3.4.1 Cenário de liberalização global vs. Liberalização dos países da OCDE

Pretende-se apresentar resumidamente os resultados encontrados pelos autores mantendo o foco em efeitos de cortes de tarifas na agricultura para países em desenvolvimento.

No cenário de Francois, van Meijl, van Tongeren e Evenett (2005) em que todos os países liberalizam suas tarifas obtêm-se uma expansão global de comércio de 11%. Essa diminuição de barreiras obviamente causa uma erosão nas preferências tarifárias entre os países da União Europeia, o que explica a queda de 2% nas trocas intra-europeias, a única área na qual é observada uma expansão de comércio europeu é na penetração em mercados de terceiro mundo.

Produtores de países em desenvolvimento expandiriam suas exportações para a UE em 16%, área onde seus mercados mais crescem. É também o grupo de países que observam maior crescimento nas exportações (21%), como já era esperado, mas algo que surpreende é que o maior aumento de trocas para os países em desenvolvimento ocorre entre eles mesmos. Já no cenário em que apenas os países da OCDE reduzem suas tarifas, é possível observar que as trocas Sul-Sul (entre os países em desenvolvimento) encolhem significativamente. Além disso, nesse cenário, as exportações para países em desenvolvimento aumentam em um passo menor do que o ocorrido no cenário de liberalização total. Isso ocorre porque os países possuem recursos escassos para poder realizar reformas em prol de uma maior produção, implicando que os países em desenvolvimento talvez não estejam prontos para uma liberalização tão ampla e abrupta.

Alguns países africanos possuem tarifas preferenciais com a UE, já alguns países da América Central têm preferências em trocas com os EUA. Essas preferências sofrem erosões quando as barreiras de importação diminuem, fazendo com que outros países em desenvolvimento, como Índia e China se aproveitam dessa situação. Ao mesmo tempo em que a China se dedica mais a exportação de têxteis, ela abre oportunidade para outros países aumentarem suas vantagens comparativas em equipamentos eletrônicos, por exemplo. Fato é que com menores tarifas e erosão das preferências tarifárias, há uma realocação de produção no mercado mundial, no qual países com maiores vantagens comparativas em um produto específico têm chances mais justas de competir no mercado mundial.

De um modo geral, mudanças em produção são mais limitadas do que as mudanças nos fluxos de troca, pois apenas uma parcela da produção doméstica de cada país é usada para trocas internacionais. Grandes exportadores tendem a aumentar sua produção se comparados com pequenos exportadores. Na agricultura países em desenvolvimento aumentam sua produção com relação a países desenvolvidos (em termos de serviços vemos um aumento nos países desenvolvidos em relação aos em desenvolvimento).

Table 7. Bilateral trade, percentage change value in bilateral import volumes

To → From ↓	Global Trade Round				OECD-based Trade Round			
	EU25	Developing countries	Other OECD	Total	EU25	Developing countries	Other OECD	Total
	All commodities							
EU25	-2	17	10	4	-1	7	11	3
Developing countries	16	26	21	21	7	-2	8	5
Other OECD	12	22	6	12	11	9	7	8
Total	4	22	11	11	3	5	8	5
	Agriculture and Food							
To → From ↓	EU25	Developing countries	Other OECD	Total	EU25	Developing countries	Other OECD	Total
	Agriculture and Food							
EU25	-1	31	24	6	-1	3	12	1
Developing countries	25	44	24	32	17	5	16	12
Other OECD	31	36	25	29	27	14	22	21
Total	8	39	24	21	6	8	18	10

Same: Calculations from the authors' simulation model.

Fonte: Francois, van Meijje e van Tongeren (2005)

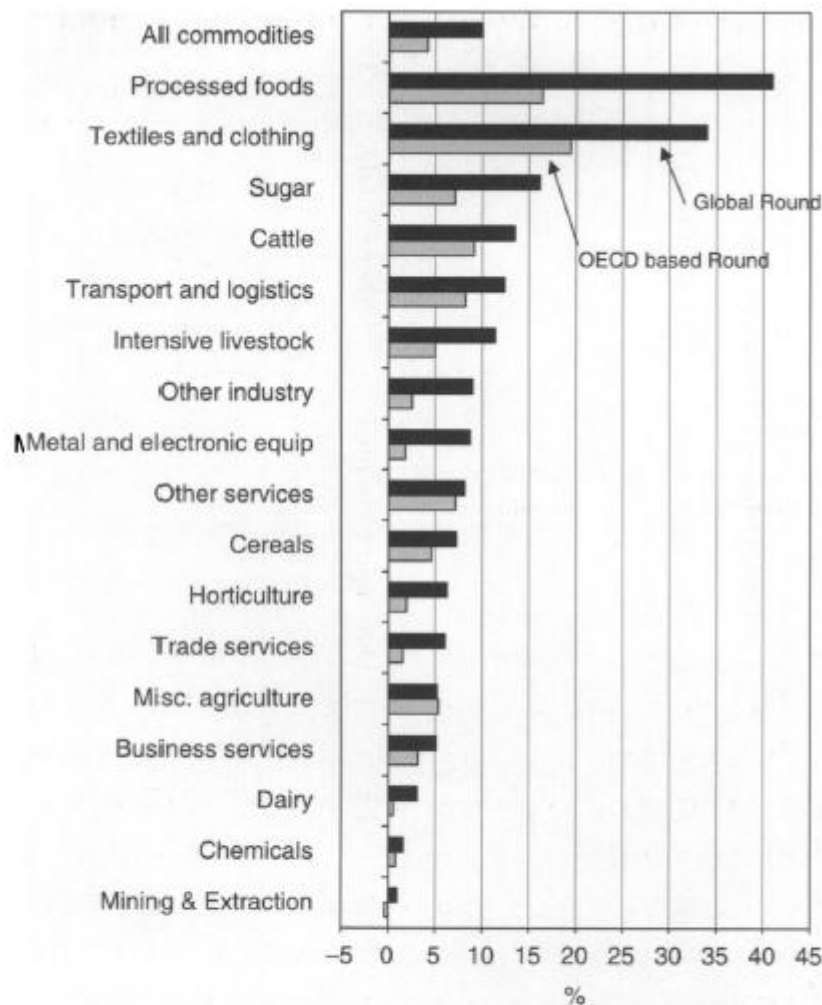


Figure 1. Change in global trade volume by commodity (%)

Source: Calculations from the authors' simulation model.

Fonte: Francois, van Meijl e van Tongeren (2005)

Nos efeitos sobre a renda nacional dos países, no cenário de liberalização global, observa-se um aumento de 0,5% na renda, ou seja, de US\$ 158 bilhões (valores de 2005). Os maiores ganhos de rendas nacionais são observados nos países em desenvolvimento, com exceção da China.

Há três principais mecanismos para os efeitos sobre a renda nacional: uma melhora na alocação eficiente de produção proveniente de menores barreiras; os efeitos dos termos de troca não são necessariamente positivos, mas o fato de muitas nações diminuírem suas barreiras ao mesmo tempo ajuda a ofuscar fatores adversos; efeitos pró-competitivos aumentam retornos e expande variedade de

produtos, esse efeito reforça especialização global e pode levar a uma especialização geográfica mais pronunciada de atividades.

A China é um caso especial, pois sua solução é uma realocação de termos de troca em uma segunda opção de solução. Enquanto há uma mudança de receitas de setores menos produtivos para setores mais produtivos, algumas nações podem sofrer uma redução dos seus fatores de produção, se o setor de expansão desse país possuir menos concorrência do que o setor que está se contraindo. Por exemplo, no caso da China, haverá uma expansão na produção de têxteis no qual a China tem vantagem comparativa, à custa de uma contração no setor de commodities onde a China já era um conhecido importador.

Comparando os cenários de liberalização global e apenas nos países da OCDE, os ganhos globais variam de 0,5% do PIB global para 0,3% do PIB global. As regiões que sofrem maiores perdas em percentuais do PIB são os países africanos subsaarianos e alguns países asiáticos que não fazem parte dos tigres asiáticos. Em termos de efeitos nos termos de troca, o cenário OCDE é mais favorável para os países em desenvolvimento. Os preços agrícolas aumentam de forma menos brusca quando todos os países reduzem suas tarifas, como a maior parte dos países em desenvolvimento importam manufaturas e exportam *commodities*, seus termos de troca melhoram no cenário OCDE assim como suas taxas reais de câmbio sofrem uma valorização.

Para Francois, van Meijl, van Tongeren e Evenett (2005) existem quatro pontos que se destacam a partir das simulações: facilidades de trocas são importantes não apenas para países em desenvolvimento, mas também para países desenvolvidos. Com exceção da China, existe um interesse mútuo entre países desenvolvidos e em desenvolvimento de retirada de barreiras no setor manufatureiro; Serviços compõe a área de trocas mais importante para os países da OCDE; e, a liberalização agrícola na OCDE é um problema interno dos países da OCDE, pois os ganhos encontrados nessa área provêm de liberalizações internas, ressaltando a ineficiências das políticas adotadas atualmente.

A agricultura é o setor que desempenha maiores ganhos com a liberalização segundo as simulações. Portanto, África e Índia, juntamente com a Europa, se

beneficiariam da racionalização das políticas domésticas na agricultura, enquanto os benefícios relacionados com a exportação de renda na agricultura não são o aspecto dominante do impacto global das negociações para qualquer uma das regiões modeladas.

3.4.2 Cenário de remoção de todos os subsídios agrícolas domésticos e barreiras vs. Remoção apenas de distorções de comércio

Nessa simulação, o preço mundial da maioria das commodities subiria em proporções desiguais entre os produtos. O impacto quase unidirecional nos preços leva a uma simples taxonomia de impactos com base no efeito líquido sobre os preços domésticos de preços mundiais mais elevados, provenientes de deslocamentos de vários graus pela remoção de barreiras comerciais e/ou distorções domésticas. As trocas agregadas também se expandem para a maioria das *commodities*.

Os dois cenários apresentam impactos diferentes nos termos de troca e nos preços. Quando as políticas relacionadas à agricultura são retiradas na UE, a produção e o comércio de culturas diretamente afetadas por restrições de terra se expandem mais generosamente do que o ocorrido no cenário em que apenas as distorções de comércio são retiradas. Além disso, os preços mundiais não aumentam tanto sobre o cenário de retirada de distorções. As políticas de terras existentes na UE ajudam exportadores mais competitivos que possuem restrições no fator terra, por isso uma eliminação dessas políticas poderia ser contra produtiva para alguns produtores.

A expansão de comércio é mais pronunciada no cenário mais restritivo (eliminação apenas de distorções), com exceção do algodão e do açúcar. No cenário mais abrangente, Brasil e Argentina expandem suas produções de oleaginosas, setor no qual há considerável realocação de exportadores naturais em prol de exportadores que se beneficiavam de políticas de comércio. A eliminação de subsídios domésticos no cenário mais abrangente tem pouco efeito sobre a produção brasileira de soja em comparação com o cenário mais restritivo.

Table 2. Impact of policy reforms on total trade and world price

Average	Wheat	Corn	Rice	Soybean			Rapeseed			Oil	Cotton	Sugar	Beef	Pork	Poultry	Butter	Cheese	NFD
				Meal	Soybean	Oil	Meal	Rapeseed										
World Price																		
Baseline	143.58	106.15	205.38	184.23	196.42	383.53	231.09	143.90	497.55	1,115.91	214.61	1,593.02	950.22	1,329.26	1,632.24	2,268.14	1,874.47	
FTL Change	6.89	6.06	21.27	5.74	7.77	26.16	47.72	-1.78	54.96	125.77	139.32	63.68	97.54	99.22	638.59	504.24	570.72	
% Change	4.77	5.67	10.32	3.14	3.83	6.98	20.51	-1.32	11.03	11.44	66.18	3.77	10.30	7.46	39.56	22.34	30.47	
TOL Change	10.82	6.59	21.75	5.15	8.23	23.42	52.30	-0.35	61.45	33.43	67.69	94.96	103.31	105.10	544.97	641.72	523.68	
% Change	7.60	6.23	10.65	2.83	4.16	6.17	22.53	-0.21	12.35	2.93	31.95	3.28	10.92	7.91	33.56	28.58	28.04	
Total Trade																		
Baseline	104,404	78,338	20,349	61,922	39,085	7,706	6,704	2,428	1,479	5,658	32,015	4,107	3,186	2,982	672	967	990	
FTL Change	6,518	4,060	6,563	-120	-1,182	372	383	626	-7	143	3,747	533	914	376	57	44	66	
% Change	6.24	5.18	32.25	-0.19	-3.02	4.82	5.71	25.80	-0.50	2.53	11.70	12.98	28.68	12.61	8.43	4.52	6.65	
TOL Change	3,804	1,304	5,617	40	-1,124	390	395	-53	-24	24	810	481	933	370	40	-54	120	
% Change	3.64	1.66	27.60	0.06	-2.87	5.06	5.89	-2.16	-1.64	0.43	2.53	11.70	29.28	12.42	6.02	-5.63	12.08	

FTL = Full trade liberalization with removal of trade and domestic distortions.
TOL = Trade liberalization alone with the removal of trade distortions only.

Fonte: Fabiosa, Beghin, de Cara et al (2005)

Um resultado um pouco mais surpreendente é que a África, no cenário de remoção de todas as políticas, apresenta um aumento de produção de 6% e um aumento de exportações de quase 13%. Sobre os países em desenvolvimento caracterizados como importadores é possível observar que se tornaria mais barato importar óleo de vegetais e carnes do que produzir domesticamente, dado os novos preços mundiais. A diferença entre os dois cenários para esse grupo de países é marginal, já que os efeitos de preço entre os cenários são semelhantes.

Para os países desenvolvidos exportadores, segundo Fabiosa, Beghin, de Cara et al (2005) vale ressaltar que há um contraste considerável para os exportadores de arroz americanos. No cenário sem subsídios doméstico as exportações de arroz chegam a cair quase 118%. Já para os países desenvolvidos importadores, uma remoção de todas as distorções geraria uma contração na agricultura e um aumento nas importações. O aumento no preço mundial de trigo é atenuado no cenário de liberalização total, o que é contra intuitivo à primeira vista, já que há um aumento nas importações agrícolas nos países desenvolvidos importadores. A remoção de barreiras comerciais sobre arroz e carne no Japão, na Coreia do Sul e na União Europeia levam a maiores importações mesmo com maiores preços mundiais. Esses países possuem taxas sobre os consumidores, por isso o efeito líquido das reformas é benéfico.

3.4.3 Cenário de corte de 40% nas tarifas vs. Corte de 40% nas tarifas com exceção de produtos sensíveis vs. Tarifas Escalonas

Nessa simulação que priorizava as erosões tarifárias caso houvesse uma redução de tarifas, é importante ressaltar que mesmo com as preferências, a média de tarifas pagas pelos países subdesenvolvidos é algumas vezes superior às pagas pelas exportações dos países em desenvolvimento. As maiores tarifas sobre exportação para os EUA são pagas por países em desenvolvimento, principalmente sobre produtos nos quais esses países possuem vantagens comparativas³.

³ Para cada região, vantagem comparativa é identificada usando a Balassa-Samuelson, definida como $B_{ij} = \frac{x_{ij}/x_j}{x_i/X}$, onde x_{ij} são as exportações da indústria i na a região j , x_j é o total de exportações pela região j , x_i é o total de exportações da indústria i

Table 5. Improved Market Access for Developing Countries Under the Doha Round Assuming 40 Percent Uniform Tariff Cut by Region

Exporter	No Exclusions			Exclusion of Highest 3 Percent Tariff Lines			Tiered Formula in Agriculture		
	EU	U.S.	EU + U.S. combined	EU	U.S.	EU + U.S. combined	EU	U.S.	EU + U.S. combined
African LDCs	0.64	-1.01	-0.15	0.17	-0.75	-0.27	0.83	-1.01	-0.04
Non-African LDCs	4.14	13.90	8.54	4.08	10.64	7.04	4.16	13.90	8.55
Other developing countries	2.84	1.86	2.28	2.12	1.63	1.83	3.19	1.88	2.43
Developed countries	2.97	1.59	1.98	2.41	1.47	1.72	3.27	1.60	2.08
All	2.89	1.73	2.14	2.26	1.55	1.79	3.21	1.74	2.27

Source: Authors' calculations.

Notes: The tiered formula is based on the Harbinson proposal: 40 percent cut in tariffs under 20 percent, 50 percent cut in tariffs between 20 and 80 percent, and 60 percent cut in tariffs above 80 percent, with a 100 percent cap.

Fonte: Amiti e Romalis (2007)

Apesar das preferências, produtos de países em desenvolvimento e subdesenvolvidos que possuem vantagens comparativas ainda são excessivamente taxados nos Estados Unidos. Em grupos onde países subdesenvolvidos tem vantagem comparativa, a média das tarifas pagas pelos países subdesenvolvidos não africanos é maior do que de outros grupos regionais. Isso ocorre porque países africanos subdesenvolvidos gozam de acordos de preferências tarifárias significativos, como a Lei para o Crescimento e Oportunidade da África (LCOA).

Amiti e Romalis (2007), diferentemente dos outros dois estudos, utilizam três cenários para analisar mudanças na demanda de importação: uma redução uniforme de 40% nas tarifas máximas; exclusão de produtos sensíveis (para esse cenário os autores usaram uma exclusão dos 3% produtos com maiores tarifas); e a fórmula escalonada para agricultura, com cortes maiores que 40%. Como não se chegou a nenhum acordo concreto em Doha, julga-se que 40% é um valor razoável para cortes de tarifas, já que a OMC realiza apenas cortes sobre as tarifas máximas, que muitas vezes são muito maiores dos que as efetivas.

Os resultados mostram que ganhos de acesso ao mercado dos EUA e da UE são superiores às perdas provenientes de erosões tarifárias para a maior parte dos países subdesenvolvidos. Os maiores ganhos para todos os países são observados no cenário de tarifas agrícolas escalonadas, que resulta em uma redução média de tarifas de 50% para a União Europeia e 47% nas tarifas americanas.

De modo geral, o aumento de acesso ao mercado na UE para a agricultura é de 17,19% para todos os países no cenário de tarifas escalonadas, já nos EUA sob as mesmas condições, há um aumento de acesso de mercado de 3,29%. O México, especificamente, apresenta resultados muito ruins por causa do NAFTA que permite o comércio para os Estados Unidos sem o pagamento de tarifas. Já China e o sul asiático apresentam ganhos sobre cortes tarifários, pois tem poucos benefícios de preferências tarifárias. O preço das importações dos EUA com relação aos preços domésticos cai, deixando os países exportadores, como o Brasil, mais competitivos.

Table 9. Improved Market Access for Developing Countries Under the Doha Round Assuming a 40 Percent Uniform Tariff Cut in Agriculture and Textiles

Exporter	No Exclusions			Exclusion of Highest 3 Percent Tariff Lines			Tiered Formula in Agriculture		
	EU	U.S.	EU + U.S. combined	EU	U.S.	EU + U.S. combined	EU	U.S.	EU + U.S. combined
Agriculture									
African LDCs	2.03	0.59	1.85	0.16	0.59	0.21	2.81	0.59	2.53
Non-African LDCs	4.91	0.01	2.84	3.94	0.01	2.28	5.30	0.01	3.06
Other developing countries	11.41	3.65	8.42	4.78	2.87	4.05	14.68	3.92	10.54
Developed countries	18.47	2.56	8.55	5.84	2.19	3.56	25.24	2.73	11.20
All countries	13.05	3.06	8.33	4.93	2.50	3.78	17.19	3.29	10.62

Fonte: Amiti e Romalis (2007)

Se um país perde acesso de mercado com uma liberalização de comércio, criticamente depende de quanto das suas exportações atuais estão atreladas a benefícios de tarifas. Países exportadores tendem a perder acesso de mercado no cenário de cortes gerais de tarifas quando a média da margem de preferências é de 5% ou superior.

Amiti e Romalis (2007) constatam que uma mudança na elasticidade substituição não altera a mensagem geral das simulações, o efeito de mudanças na elasticidade altera proporcionalmente ganhos e perdas. Já uma elasticidade demanda mais alta apenas geraria resultados de maiores ganhos de acesso ao mercado mundial.

3.5 Análise dos Resultados

O argumento de Francois, van Meijl, van Tongeren e Evenett (2005) é de que modalidades para redução de tarifas vão ser tão importantes quanto o valor da redução. Por exemplo, para reduzir tarifas efetivas de países como o Brasil, é necessário um corte nas tarifas máximas estabelecidas pela OMC de um valor em torno de 50%. O grande problema são as divergências de interesse, Fabiosa, Beghin, de Cara et al (2005) apontam que enquanto países do G-20, como o Brasil, lutam contra os subsídios dos EUA e da UE e querem liberalizar os mercados, nações como Índia, apesar de antagonizarem os subsídios americanos e europeus, também requerem proteções especiais.

Nos três estudos foram encontrados resultados ambíguos para a liberalização agrícola. Dado o cenário atual de proteção, para os países da OCDE são esperados maiores ganhos de eficiência se estes realizarem reformas internas, buscando eles mesmos a liberalização das tarifas. Na situação contrária, os países em desenvolvimento que dependem de importações de comida, e que não possuem recursos básicos para desenvolver seus próprios setores de comidas, não se beneficiarão dos maiores preços resultantes da liberalização industrial. Além disso, para exportadores primários, a adição da aglomeração de efeitos nos setores não primários pode superar os benefícios diretos da melhora de acesso ao mercado para as commodities, o que ressalta a importância de estruturas de longo prazo nos

efeitos da liberalização do comércio (Francois, van Meijl, van Tongeren e Evenett, 2005).

Em mais detalhes, o modelo de Fabiosa, Beghin, de Cara et al (2005) mostra que consumidores em nações com mercados protegidos e em nações exportadoras competitivas são os maiores perdedores. Apenas os protecionistas ganham com distorções do mercado agrícola. Produtores em países exportadores e alguns representantes de países que tenham estudado mais a fundo os resultados globais são os únicos que tentam levar as negociações em alguma direção construtiva. Seguindo a remoção de todas as distorções na agricultura, os efeitos nos termos de troca são substanciais, mas heterogêneos. A maior parte dos preços mundiais sobe, com exceção das oleaginosas. Lacínios, carne, açúcar e óleo têm grandes aumentos nos preços, enquanto trigo e milho veem aumentos moderados.

Os fluxos de comércio são afetados significativamente pelas distorções. Mudanças substanciais de comércio ocorrem em mercados altamente protegidos, resultando em grandes ganhos para consumidores em países importadores. Argentina, Austrália, Nova Zelândia e Índia expandem suas exportações. Muitos países da OCDE com proteções agrícolas se tornam importadores e seus produtores perdem significativamente com as reformas (Fabiosa, Beghin, de Cara et al, 2005).

Expansão significativa de produção agrícola ocorre em países em desenvolvimento que são naturalmente exportadores, como Brasil, Argentina e Tailândia, mas também em alguns países desenvolvidos como Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos são de comum consenso para os três estudos. Muitas economias capturam essa oportunidade de expansão para adicionar valor aos seus mercados agrícolas.

Países importadores de commodities com baixos impostos são prejudicados com a liberalização por causa do aumento dos preços. No outro sentido, consumidores de países importadores com taxas altas sobre os produtos também são prejudicados, pois o valor unitário dos produtos diminui. Os autores concluem que, na maior parte das vezes, a remoção de barreiras é suficiente para beneficiar consumidores de commodities e deixar as vantagens comparativas agirem. Em

mercados altamente protegidos, a remoção de barreiras deveria ser suficiente para remover ineficiências de produção e realocar a maior parte da produção para produtores de menores custos (Fabiosa, Beghin, de Cara et al, 2005).

Na linha da discussão sobre erosão de preferências tarifárias, que é comentada em todos os estudos, o modelo de Amiti e Romalis (2007) é perspicaz e incorpora apenas a utilização efetiva de preferências tarifárias, pois em muitos países a utilização das tarifas preferenciais é inferior a 50%. Seus resultados mostram que cortes nas tarifas efetivas aplicadas pelos EUA e pela UE levariam a um maior acesso de mercado para a maior parte dos países em desenvolvimento, benefícios que superariam as perdas consequentes da redução de preferência tarifárias. O grupo de países em desenvolvimento que perderia com a liberalização apresenta esse resultado, pois gozam de acordos tarifários que garantem benefícios muito altos (como o México no NAFTA).

Existem dois pontos principais discutidos na OMC segundo Fabiosa, Beghin, de Cara et al (2005). O primeiro é que o Norte vem impondo custos muito altos sobre os produtores do Sul com seus subsídios domésticos. O segundo e mais recente é que os maiores ganhos para o Sul viriam mais de reformas internas do que de uma liberalização total. Argentina, Brasil, Tailândia e Vietnã teriam grandes ganhos a partir da remoção de distorções no Norte e no Sul. Essa dicotomia Norte/Sul apresenta algumas limitações, porque agrega impactos e interesses heterogêneos e também porque abstrai a compensação de perdedores.

O lento progresso da Rodada de Doha pode ser explicado pela relutância em protagonizar reformas de grandes potências protecionistas no Norte e no Sul. Infelizmente, ganhos de eficiência e ganhos para os consumidores poderiam ser criados em muitas nações, mas as coligações de países com interesses protecionistas dificilmente aceitarão um acordo com grandes mudanças. As vozes pró-reformas vêm geralmente apenas de países exportadores competitivos (Francois, van Meijl, van Tongeren e Evenett, 2005; Fabiosa, Beghin, de Cara et al, 2005).

Um dos problemas da retirada das barreiras é como seriam as novas políticas internas. Por exemplo, alguns países que não são competitivos no mercado agrícola,

pois sofrem de políticas fiscais austeras, usam essas barreiras para manter seus preços altos. Isso é uma prova de que a remoção de barreira apenas teria chances de funcionar se ela fosse multilateral, por isso países com ineficiências agrícolas são tão relutantes a reformas (Fabiosa, Beghin, de Cara et al, 2005). Os resultados de Amiti e Romalis (2007) também sugerem que, para maximizar ganhos de acesso a mercado, países deveriam minimizar linhas de tarifas exclusivas e optar por cortes na agricultura em forma de tarifas escalonadas.

A Liberalização de comércio entre os países do sul é a chave para o “Desenvolvimento” da Agenda de Desenvolvimento de Doha (Francois, van Meijl, van Tongeren e Evenett, 2005). Infelizmente, a opinião geral dos autores é de pequeno impacto para países em desenvolvimento nessa rodada e também pouco progresso real nos acordos de agricultura.

4. Conclusão

As rodadas de comércio da OMC vêm sendo muito relevantes para o comércio mundial, principalmente com a abrangência de temas que vem sendo incluídos, meio ambiente por exemplo. Doha enfrenta grandes desafios, principalmente na área agrícola, um dos temas mais negociados. A Rodada do Uruguai teve grandes méritos com o Acordo sobre a Agricultura da Rodada do Uruguai (AARU), mas grandes mudanças ocorreram no comércio desde então, principalmente com a globalização houve um aumento exponencial nos fluxos de comércio e algumas nações instintivamente se “fecharam” através de políticas tarifárias com o objetivo de proteger seu consumo doméstico.

O objetivo desse trabalho era mostrar através de simulações realizadas como seriam os efeitos de políticas de liberalização de comércio, como as discutidas em Doha, para os países em desenvolvimento. Como visto no trabalho de Amiti e Romalis (2007), as preferências tarifárias para os países em desenvolvimento (que são de grande importância nas discussões das rodadas), não apresentam tantos benefícios como deveriam. Analogamente Francois, van Meijl, van Tongeren e Evenett (2005) mostram que os países da OCDE apresentam tantas proteções

(distorções de comércio) que poderiam obter ganhos apenas com liberalizações internas.

Se um acordo de cortes significativos na agricultura fosse assinado na Rodada Doha, os fluxos de comércio sofreriam mudanças abruptas e a maior parte dos países seria beneficiada, mesmo com o aumento global dos preços. Infelizmente, alguns países sofreriam prejuízo, mas de um modo geral um cenário de liberalização oferece mais benefícios do que o cenário de acordos multilaterais, preferências tarifárias e subsídios domésticos apresentados hoje.

O foco da Rodada de Doha e das futuras rodadas deve ser a liberalização do comércio, as nações devem reverter esse processo de “engessamento” do comércio causado por políticas protecionistas, mas para isso acontecer é necessário cooperação entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento, exportadoras e importadoras para mover as barreiras em uma mesma direção produzindo um ambiente de comércio mais justo para todos os produtores.

5. Referências Bibliográficas

AMITI, Mary; ROMALIS, John. Will the Doha Round Lead to Preference Erosion? **IMF STAFF PAPERS**, vol. 54, No. 2, pp. 338-384, 2007.

BROWN, Drusilla K.; DEARDORFF, Alan V.; STERN, Robert M. Developing Countries' Stake in the Doha Round. **Ann Arbor**, v. 1001, p. 48109-1220, 2003.

CELLI JUNIOR, Umberto; SAYEG, Fernanda M. (2008). Comércio de Serviços, OMC e Desenvolvimento, *idcid, São Paulo*.

CHEREM, Mônica Teresa C. S., DI SENA JR., Roberto. (2004). Comércio Internacional e Desenvolvimento: Uma Perspectiva Brasileira. *Editores Saraiva, São Paulo*.

DELFIN NETTO, Antonio. Nós e a OMC. *Valor Econômico*, São Paulo. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3492754/nos-e-omc>.

FABIOSA, Jay; BEGHIN, John; DE CARA, Stéphane; ELOBEID, Amani; FANG, Cheng; ISIK, Murat; MATTHEY, Holger; SAAK, Alexander; WESTHOFF, Pat; BROWN, D. Scott; WILLOTT, Brian; MADISON, Daniel; MEYER, Seth; KRUSE, John. The Doha Round of the World Trade Organization and Agricultural Markets Liberalization: Impacts on Developing Economies. **Review of Agricultural Economics**, vol. 27, No. 3, pp. 317-335, 2005.

FERGUSON, Ian F. World Trade Organization Negotiations: The Doha Development Agenda.

FRANCOIS, Joseph; VAN MEIJL, Hans; VAN TONGEREN, Frank; EVENETT, Simon J. Trade Liberalization in the Doha Development Round. **Economic Policy**, vol. 20, No. 42, pp. 349+351-391, 2005.

GICO, Ivo T. O impacto da Rodada de Doha para as empresas brasileiras. **BM&A Review**, 2003.

HERTEL, Thomas W.; KEENEY, Roman. What is at Stake: The Relative Importance of Import Barriers, Export Subsidies, and Domestic Support. **Agricultural Trade Reform and the Doha Development Agenda**, p. 37, 2006.

IRWIN, Douglas A. (2009). Free Trade Under Fire. *Princeton University Press, Woodstock*.

KEEDI, Samir. (2012). A B C do Comércio Exterior, *Aduaneiras – Informação Sem Fronteiras, São Paulo*.

POLASKI, S. (2006). Winners and Losers: Impact of the Doha Development Round on Developing Countries, *Carnegie Foundation, Washington DC*.

THE BRITISH CHAMBER OF COMMERCE AND INDUSTRY IN BRAZIL. (2005). Doing Business in Brazil. *Britcham Brasil, São Paulo*.

WISE, Timothy A.; GALLAGHER, Kevin P. „Doha Round and Developing Countries: Will the Doha Deal do More Harm than Good?“. **RIS Policy Brief**, v. 22, 2006.

6. Anexos

6.1 Globalização, Acordos de Comércio Internacional e Principais Blocos Econômicos

É notório que nosso planeta vem diminuindo suas distâncias em face da globalização, sobressaindo-se as fronteiras econômicas. O processo de globalização vem ganhando força nas últimas décadas, assumindo proporções gigantescas na década de 1990, tornando-se um dos assuntos mais discutidos. Esse processo tem uma tendência de acentuar-se cada vez mais e para que ela esteja a serviço de um comércio saudável entre os países, acredito que é necessário controlá-la por meio de providências regulatórias.

Há algumas décadas, por volta de meados do século XX, o mundo começou a se unir em blocos comerciais, os mais diversos possíveis, cujos objetivos e configurações também tem vários formatos. A intenção desses acordos é a união de esforços em prol do comércio e da economia mundial, de modo que possam ajudar os países envolvidos no processo a evoluir e ter ganhos. Essas uniões podem se dar em acordos bilaterais ou multilaterais pelos países e ocorrer entre blocos de países.

Zona de Preferência Tarifária	Com o objetivo de reduzir as tarifas alfandegárias, é um acordo entre dois ou mais países que pode envolver um grupo de mercadorias ou a totalidade delas.
--------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Zona de Livre-Comércio	Representa a união de países que concordam em permitir o trânsito de mercadorias entre eles sem a cobrança de impostos de importação.
-------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

União Aduaneira	É um estágio mais avançado do livre-comércio, caracterizando-se pelo tratamento alfandegário único a terceiros países, ou seja, tarifa uniforme do Imposto de Importação.
------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Mercado Comum Representa não apenas o livre-comércio e a padronização dos Impostos de Importação, mas também a livre circulação de capitais e mão de obra. Implica dizer que as fronteiras são eliminadas em relação aos investimentos entre países, não existindo barreiras fiscais para os países que fazem parte do acordo. O mesmo ocorre com a mão de obra.

União Econômica Nessa fase, os países componentes do bloco passam a tentar estabelecer e elaborar políticas econômicas comuns a todos. O objetivo é buscar uma aproximação entre as economias dos países membros, a fim de tornar o desenvolvimento mais homogêneo através de metas de inflação, déficit público, endividamento, entre outros, além da unificação de uma mesma moeda.

Fonte: Elaboração Própria

6.2 Principais Blocos Econômicos e Acordos no Mundo

Existem no mundo diversos blocos econômicos. Eles podem ser constituídos por dois ou mais países, sendo esses em patamares semelhantes (como é mais comum) ou diferentes. Resumidamente, existem cinco blocos principais: União Europeia, Mercosul, Nafta e Alca.

6.2.1 União Europeia

Formado em meados do século XX, a União Europeia é considerada o bloco econômico mais avançado da atualidade. Desde 2002 os 18 países pertencentes ao bloco (existem ainda alguns países que fazem parte do bloco, mas ainda não implementaram o euro) dividem a mesma moeda, o Euro, além de diversas características como um mesmo Banco Central e políticas monetárias semelhantes.

6.2.2 Mercosul

Formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, o Mercosul se enquadra na modalidade de união aduaneira. Em 2006 a Venezuela entrou no grupo, mas ainda não tem participação integral na livre circulação de mercadorias existente entre os países do grupo.

6.2.3 Nafta

O Nafta (*North American Free Trade Agreement*) foi formado em 1994 por Estados Unidos, Canadá e México. O objetivo do Nafta é liberalizar todos os direitos alfandegários sobre a troca de mercadorias entre os três países. O Nafta pode não ser muito evoluído em termos de liberalização de comércio, mas é importante ressaltar que o volume de comércio entre esses três países equivale a um quarto do volume mundial total.

6.2.4 Alca

O Alca (Área de Livre Comércio das Américas) ainda não é concretizado (Brasil teve grande influência na pausa das negociações em 2003), mas seria composto por 34 países das américas, com exceção de Cuba.

6.3As Rodadas de Comércio

6.3.1 Rodadas de Genebra a Tóquio

As rodadas de Genebra a Tóquio, que foram realizadas pelo GATT, tinham foco apenas em tarifas de comércio. Foi só a partir de Kennedy, em 1960, que algumas discussões começaram a ser feitas visando o desenvolvimento dos países membros.

Na Rodada de Tóquio, em 1973, houve as primeiras tentativas de liberalizar o comércio através da eliminação de barreiras tarifárias, mas naquela época as nações desenvolvidas tinham muito poder e vetaram a ideia. Apenas durante a rodada do Uruguai essas tentativas puderam ser transformadas em acordos e compromissos unilaterais aprovados por todos os membros da OMC.

6.3.2 Rodada do Uruguai

A globalização foi o grande tema da Rodada do Uruguai. Sendo assim, a oitava rodada de comércio, a Rodada Uruguai, foi lançada em 1986 em Punta del Leste e foi consagrada como a maior rodada de negociações até então. Essa rodada abordou temas de agricultura, serviços, patentes e têxteis. Os EUA e a UE apresentaram fortes discordâncias quanto à reforma na área agrícola adiando o término da rodada que deveria ter ocorrido em 1990. Finalmente, em novembro de 1992, os EUA e UE chegaram a um acordo encerrando a rodada, esse acordo ficou conhecido como “Acordo da Casa de Blair”.

Foi também durante a Rodada do Uruguai que se realizou o acordo da criação da OMC, assinado pelos ministros da maioria dos 123 governos participantes no encontro realizado em Marrakesh, Marrocos, a OMC entrou em vigor em 1995 e substituiu o GATT.

A OMC é quem estabelece as regras do comércio mundial através de acordos, frutos de negociações extensas entre os países-membros e depois ratificados, que são considerados marcos regulatórios do Sistema Multilateral de Comércio. Cabe a OMC implementar e supervisionar o cumprimento desses acordos. Os temas principais acordados são serviços, agricultura, e investimentos. Apesar de sempre buscar um comércio internacional mais justo entre os países, alguns acordos podem diminuir a liberdade de trocas e por esse motivo precisam estar sempre sendo aprimorados.

6.3.3 Rodada Doha

A Rodada de Doha teve início em 2001 na capital do Qatar. As negociações deveriam seguir a Agenda de Desenvolvimento de Doha que foi pré-definida antes do começo da rodada, essa agenda tinha como foco tornar o comércio mais justo para os países em desenvolvimento através da liberalização do comércio com cortes tarifários e retirada de subsídios domésticos, principalmente no comércio agrícola.

Com foco em desenvolvimento econômico de diminuição da pobreza, os países membros concordaram com a vulnerabilidade dos países em desenvolvimento e as dificuldades estruturais presentes atualmente. Outras grandes constatações foram o afirmado comprometimento aos países em desenvolvimento que são marginalizados no comércio internacional, como os países subdesenvolvidos não africanos e a preocupação em melhorar a efetiva participação destes no sistema multilateral de comércio.

Houve muita controvérsia nas discussões, principalmente porque os países desenvolvidos não querem diminuir seus programas de subsídios domésticos e os países em desenvolvimento não querem perder suas preferências tarifárias e um acordo não foi alcançado. Um grande passo se deu em 2004 com a adoção do Pacote de Julho.

Os principais desafios levantados na Rodada Doha foram: o combate da desigualdade nos níveis de desenvolvimento de seus países-membros em conjunto com a necessidade de desenvolvimento dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos; e a recuperação da capacidade dos Países com Menor Desenvolvimento Relativo (PMDR) de promover políticas autônomas de desenvolvimento para gerar renda e desenvolvimento interno e reduzir sua dependência de recursos financeiros externos através da redução de barreiras de países já estabelecidos e desenvolvidos.

Durante a rodada de Doha, os países em desenvolvimento levantaram alguns pontos principais para serem discutidos. Sobre o acordo de direito de propriedade intelectual (TRIPs – Trade-related of Intellectual Property Rights) houve forte resistência da maioria dos países presentes. Países desenvolvidos preferiam um acordo menos abrangente, principalmente levando em conta a saúde pública, enquanto os países emergentes defendem a saúde pública como uma exceção ao livre comércio. Como o acordo oferece grande flexibilidade sem ferir suas disposições o TRIPs não impedirá a adoção de políticas públicas em prol da saúde.

Outro tema discutido foram as medidas antidumping e subsídios, como a maioria dos países argumenta que esses instrumentos são utilizados para obter maior efetividade e igualdade entre os termos de comércio atual, não foi aceita uma revisão ampla dos acordos. Houve também a discussão sobre temas mais atuais, como padrões ambientais e cláusulas trabalhistas.